



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS

MINAS GERAIS

**LEI N.º 1321, DE 22 DE JANEIRO DE 2025.**

**Dispõe sobre a regulamentação do disposto no §19 do art. 85, da Lei nº 13.105/15 (Código de Processo Civil) que trata dos honorários advocatícios oriundos do princípio da sucumbência, por arbitramento, acordo judicial e/ou extrajudicial, nas ações, causas e procedimentos em que o Município de Itaú de Minas/MG for representado por sua Procuradoria Jurídica e dá outras providências.**

A Câmara Municipal de Itaú de Minas, por seus representantes, aprovou e eu, Norival Francisco de Lima, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** - Esta Lei regulamenta, no âmbito do Município de Itaú de Minas/MG, o disposto no §19 do art. 85, da Lei nº 13.105/15 (Código de Processo Civil) estabelecendo parâmetros materiais para a distribuição dos honorários advocatícios entre os Procuradores Municipais.

**Parágrafo único** - Os honorários advocatícios oriundos do princípio da sucumbência, por arbitramento, acordo judicial e/ou extrajudicial, nas ações, causas e procedimentos em que o Município de Itaú de Minas/MG for representado por sua Procuradoria Jurídica, constituem verbas de natureza alimentar, nos termos das Leis Federais nº 8.906/1994 (Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil), nº 13.105/2015 (Código de Processo Civil) e Súmula Vinculante nº 47 do Supremo Tribunal Federal, sendo irrenunciáveis pelos procuradores públicos ou matérias possíveis de leis de isenções fiscais pelo município.

**Art. 2º** -Tendo em vista a natureza alimentar dos honorários advocatícios de que trata esta Lei, estes são devidos aos ocupantes do cargo de Procurador do Município do quadro efetivo, contratado, comissionado do Poder Executivo.

**Art. 3º** - Os honorários advocatícios previstos no caput do art. 1º desta Lei serão integralmente recolhidos em conta bancária específica



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS

## MINAS GERAIS

remunerada e com a exclusiva finalidade de receber recursos desta natureza, assegurando a correção monetária até a sua efetiva destinação.

**§1º** - A Secretaria Municipal de Finanças providenciará, a partir da vigência desta Lei, a abertura da conta bancária aludida no caput deste artigo.

**§2º** - Fica designada a Secretaria Municipal de Finanças, mediante supervisão de um Procurador do Município escolhido pelos procuradores efetivos, para os fins operacionais e específicos do recebimento, depósito, rateio e distribuição dos valores correspondentes aos honorários advocatícios.

**§3º** - Para o fim de rateio, o valor depositado em conta específica será dividido igualmente em cotas-partes pelo número de Procuradores do quadro efetivo do Município.

**§4º** - Os valores destinados aos beneficiários, após os descontos legais, inclusive sobre o imposto de renda retido na fonte, serão repassados via folha de pagamento expedida exclusivamente para este fim.

**§5º** - O saldo remanescente no final do exercício financeiro permanecerá na conta bancária específica para o exercício subsequente, de forma a assegurar a destinação prevista nesta Lei.

**Art. 4º** - Nos casos em que ocorrer depósito judicial, em favor do Município, do montante do débito juntamente com o valor dos honorários advocatício de sucumbência, o Procurador responsável pelo levantamento total e/ou o servidor com esta incumbência, efetuará o depósito dos honorários advocatício na conta específica de que trata esta Lei, no prazo máximo de 10 (dez) dias.

**Art. 5º** - Os ocupantes dos cargos citados no art. 2º desta lei não perderão o direito aos honorários advocatícios nas hipóteses gozo de férias regulamentares, férias prêmios ou das licenças remuneradas prevista no Estatuto do Servidor Público Municipal.

**Art. 6º** - Os honorários advocatícios serão repassados aos ocupantes dos cargos dispostos no art. 2º desta lei sem prejuízo dos vencimentos integrais dos seus cargos e funções.

**§1º** - Os valores percebidos a título dos honorários advocatícios de que trata esta Lei não servirão de parâmetro, nem influenciarão nos percentuais, nos índices ou na data base de reajuste dos Procuradores,

M



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS

## MINAS GERAIS

nem mesmo incidirão no computo de décimo terceiro salário, abono de férias e outras verbas legais.

**§2º** - Os honorários sucumbenciais serão repassados aos Procuradores municipais, em partes iguais, a cada trimestre.

**§3º** - A pedido dos Procuradores do Município, poderá os honorários serem rateados antes do final do trimestre.

**Art. 7º** - Os valores recebidos a título de honorários advocatício não se incorporam aos vencimentos ou aos proventos de inatividade para qualquer efeito, não gerando direitos futuros.

**§1º** - Perderá o direito a percepção dos honorários sucumbenciais o Procurador que for exonerado, aposentado ou transferido do cargo de Procurador ainda que subsista saldo na conta bancária passível de transferência futura.

**§2º** - O Procurador que requerer exoneração, ou for transferido, não fará jus a percepção dos honorários advocatícios no mês em que se efetivou a exoneração ou modificação de cargo.

**Art. 8º** - As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

**Art. 9º** - Esta Lei deverá ser regulamentada através de Decreto Municipal no que couber.

**Art. 10** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 11** - Ao entrar em vigor esta Lei, suas disposições se aplicarão desde logo as ações, causas e procedimentos pendentes.

Prefeitura Municipal de Itaú de Minas(MG), em 22 de janeiro de 2025.

**NORIVAL FRANCISCO DE LIMA**  
**PREFEITO MUNICIPAL**